



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE REGULAÇÃO (CTER)
Ata da 11ª reunião, realizada em 6 de outubro de 2023

1 Em 6 de outubro de 2023, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Regulação (CTER) do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago Figueiredo Santana, representante da
5 SEMAD. Representantes do Estado: Karla Jorge da Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Florence Belo Sidney, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
7 Lucas Silva e Greco, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Representantes dos municípios: Sidney
8 José da Rosa, da Prefeitura de Itapeva; Flaminio Guerra Guimarães, da Prefeitura de Nova Era; Lucinéia de
9 Sousa Beltrame, da Prefeitura de Patrocínio. Representantes de usuários de recursos hídricos: Silvana Mônica
10 Vaz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
11 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves, da
12 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Representantes da sociedade civil: Heleno Maia
13 Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Mônica de
14 Cássia Souza Campos, do Conselho Regional de Biologia (CRBio 4ª Região); Gustavo Miranda Duarte, do
15 Instituto de Direito Ambiental e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Idau-TAP). **Assuntos em**
16 **pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Thiago Figueiredo Santana
17 declarou aberta a 11ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Regulação. **2) EXECUÇÃO DO HINO**
18 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não
19 houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA**
20 **ATA DA 10ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 10ª reunião da Câmara Técnica Especializada de
21 Regulação, realizada em 1º de setembro de 2023. Votos favoráveis: Seapa, Sede, MPMG, Prefeitura de Itapeva,
22 Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Copasa, Faemg, Fiemg, IHMBio e Idau-TAP. Abstenção: CRBio.
23 Justificativa de abstenção. Conselheira Mônica de Cássia Souza Campos/CRBio: “Abstenção, porque eu tive
24 problema de conexão e não participei do que foi debatido até aqui.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE**
25 **OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Rota de Ouro Ltda. Canalização e/ou**
26 **retificação de curso d’água. Ouro Fino/MG. Processo de Outorga nº 63635/2022, SEI/nº**
27 **2240.01.0002556/2023-63. Responsável: Unidade Regional de Gestão das Águas Sul de Minas (Urga SM).**
28 Outorga concedida por unanimidade nos termos dos pareceres técnico e jurídico. Votos favoráveis: Seapa,
29 Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Copasa, Faemg, Fiemg, IHMBio, CRBio e
30 Idau-TAP. Abstenção: MPMG. Ausência: Sede. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Silva e
31 Greco/MPMG: “Obedecendo orientação emanada da Corregedoria Geral do Ministério Público, eu me
32 abstenho.” **6.2) Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Canalização e/ou retificação de curso d’água. Pouso**
33 **Alegre/MG. Processo de Outorga nº 3142/2023, SEI/nº 2240.01.0003954/2023-50. Responsável: Unidade**
34 **Regional de Gestão das Águas Sul de Minas (Urga SM).** Outorga concedida por unanimidade nos termos dos
35 pareceres técnico e jurídico. Votos favoráveis: Seapa, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura
36 de Patrocínio, Copasa, Faemg, Fiemg, IHMBio, CRBio e Idau-TAP. Abstenção: MPMG. Ausência: Sede.
37 Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Obedecendo orientação emanada da
38 Corregedoria Geral do Ministério Público, eu me abstenho.” **6.3) Ademir Luiz de Andrade. Canalização e/ou**
39 **retificação de curso d’água. Bom Repouso/MG. Processo de Outorga nº 9309/2023, SEI/nº**
40 **2240.01.0003957/2023-66. Responsável: Unidade Regional de Gestão das Águas Sul de Minas (Urga SM).**
41 Outorga concedida por maioria nos termos dos pareceres técnico e jurídico. Votos favoráveis: Seapa, Prefeitura
42 de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Copasa, Faemg, Fiemg e IHMBio. Voto contrário: Idau-TAP. Abstenções:
43 MPMG, Prefeitura de Itapeva e CRBio. Ausência: Sede. Justificativas de abstenções e de voto contrário.
44 Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Presidente, eu gostaria só de esclarecer a razão que o Ministério

45 Público faz menção à orientação emanada da Corregedoria Geral do Ministério Público para se abster, até em
 46 razão de toda a explanação que eu tive a respeito desse item 6.3, e talvez poderia ficar estranho o Ministério
 47 Público não se posicionar nem favorável nem contrário e colocar a sua posição como abstenção. Só para deixar
 48 claro aos demais colegas aqui da Câmara Técnica, nós temos uma norma emanada da nossa Corregedoria Geral
 49 que nos impede de nos posicionarmos em relação a casos concretos. Por isso então é que o Ministério Público
 50 – como foi feito no item 6.1, como foi feito no item 6.2 – sempre se posiciona pela abstenção da votação dos
 51 casos concretos. E aqui, infelizmente, em razão do regime de votação, eu não posso me dirigir aos colegas, mas,
 52 se o senhor puder abrir uma exceção, a questão que o Ministério Público coloca não é a respeito de ser
 53 favorável ou contrário ao deferimento da outorga. Com relação à outorga, o Ministério Público não tem
 54 nenhuma oposição. E eu peço essas escusas para fazer esse posicionamento neste momento, presidente,
 55 porque eu vi que alguns membros ficaram ainda em dúvida a respeito de querer ouvir primeiro a
 56 condicionante. Então o senhor me permita dizer aqui que o posicionamento do MP durante toda essa
 57 fundamentação não foi a respeito deste momento aqui de aprovação ou não da outorga, era tão somente em
 58 razão de podermos colocar ou não a condicionante que vai ser votada depois, posteriormente. Eu só queria
 59 fazer esse esclarecimento aos meus demais colegas aqui da Câmara Técnica. Abstenção.” Conselheiro Sidney
 60 José da Rosa/Prefeitura de Itapeva: “Senhor presidente, eu vou acompanhar o representante do Ministério
 61 Público e vou me abster do meu voto, porque, embora eu tenha entendido as vossas explicações de que esta
 62 Câmara Técnica a função dela é analisar o impacto hídrico e não meramente a questão do licenciamento, eu
 63 entendo que uma coisa está correlacionada à outra. Então por isso eu vou acompanhar o colega e vou me
 64 abster do meu voto.” Conselheira Mônica de Cássia Souza Campos/CRBio: “Senhor presidente, eu me abstenho
 65 pelas razões já apresentadas pelos colegas conselheiros anteriormente. Por entender também, apesar de ter
 66 compreendido as explanações apresentadas por vossa senhoria, que essas questões são indissociáveis. Eu
 67 também tenho essa compreensão.” Conselheiro Gustavo Miranda Duarte/Idau-TAP: “Meu voto é contrário
 68 porque, apesar de todas as explanações ocorridas, eu não entendi nenhuma justificativa plausível para essa
 69 canalização. Apesar de ser uma continuidade, entendo eu que para a preservação da área poderia se manter da
 70 forma que está.” Proposta de condicionante apresentada pelo MPMG. Rejeitada por maioria proposta de
 71 inclusão de condicionante apresentada pelo Ministério Público nos seguintes termos: “A presente outorga fica
 72 condicionada à obtenção pelo interessado, junto aos órgãos ambientais competentes, do ato de autorização
 73 para intervenção em área de preservação permanente para os fins informados no processo de outorga.” Votos
 74 favoráveis à manutenção dos pareceres técnico e jurídico (sem inclusão da condicionante): Prefeitura de Nova
 75 Era, Prefeitura de Patrocínio, Faemg, Fiemg, IHMBio e Idau-TAP. Votos contrários à manutenção dos pareceres
 76 técnico e jurídico (com inclusão da condicionante): Seapa, Prefeitura de Itapeva, Copasa e CRBio. Abstenção:
 77 MPMG. Ausência: Sede. Justificativas de abstenções e de votos contrários à manutenção dos pareceres técnico
 78 e jurídico. Conselheira Karla Jorge da Silva: “Eu voto contrário devido a todos os questionamentos elencados
 79 pelo Ministério Público. Apesar de entendermos – o senhor presidente nos explicou muito bem – que estamos
 80 votando um processo de outorga, essa questão do loteamento em áreas de preservação permanente e toda
 81 essa questão que foi abordada muito bem, acredito que a condicionante vai evidenciar melhor essa questão.”
 82 Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Senhor presidente, a posição do Ministério Público é por abstenção, e
 83 novamente eu me dirijo aos colegas para esclarecer que, devido à orientação emanada da nossa Corregedoria,
 84 nós não podemos votar nem favorável nem contrário diante de um caso concreto. Só para ter esse
 85 esclarecimento. Apesar de poder fazer o uso da fala durante as reuniões.” Conselheiro Sidney José da
 86 Rosa/Prefeitura de Itapeva: “Prefeitura Municipal de Itapeva vota contrário, entendendo que a inserção dessa
 87 nova condicionante vai apenas corroborar com a questão ambiental envolvendo o processo de outorga. Então
 88 por isso voto pela inserção, no entanto, contrário.” Conselheira Silvana Mônica Vaz/Copasa: “Eu vou votar
 89 contrário. Entendendo que a outorga está relacionada à questão do recurso hídrico, a intervenção em área de
 90 preservação permanente por si só já é uma intervenção que vai ocorrer, independente da outorga. Vai haver
 91 alguma intervenção. Então eu acredito que isso também corrobore o ato em si. Então meu voto é contrário.”
 92 Conselheira Mônica de Cássia Souza Campos/CRBio: “Meu voto é contrário, senhor presidente, por entender
 93 que as explanações apresentadas pelo Ministério Público não ferem o princípio da outorga, mas, ao contrário,
 94 apontam no sentido da precaução na relação da questão da preservação ambiental.” Declarações de votos
 95 favoráveis à manutenção dos pareceres técnico e jurídico. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do

96 Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, eu vou votar favorável, mas também quero justificar meu voto
97 favorável, da seguinte forma. Por entender que, se o Ministério Público abstém-se da votação e abstém-se da
98 votação também das condicionantes, eu não acho que seja uma forma legal eu votar favorável a uma
99 condicionante colocada pelo Ministério Público no momento em que ele próprio abstém-se da votação. Então é
100 por esse motivo.” Conselheiro Gustavo Miranda Duarte/Idau-TAP: “Apesar de desnecessária a justificativa, meu
101 voto é favorável, informando que assim me posiciono por entender que já existe normativa que rege a
102 obrigatoriedade que está posta. Com todo respeito ao membro do Ministério Público, já existe normativa nessa
103 obrigatoriedade que está posta na condicionante.” **7) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **8)**
104 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana
105 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
106

107 **APROVAÇÃO DA ATA**

108
109
110 **Thiago Figueiredo Santana**
111 **Presidente suplente da Câmara Técnica Especializada de Regulação**